

De Portugal à Península Itálica: As potencialidades políticas dos habitantes da terra sobre seus regentes no período moderno.

Rodrigo Franco da Costa¹

RESUMO: Este artigo tem por finalidade mostrar as aproximações entre alguns importantes escritores de finais do século XV e dos séculos XVI e XVII em Portugal e o escritor florentino Nicolau Maquiavel, criador de *O Príncipe*. O objetivo é mostrar como pensadores portugueses como Fernão Lopes, Luís de Camões, João de Barros e João Pinto Ribeiro incluem, assim como Maquiavel, os setores menos privilegiados de suas respectivas sociedades em suas obras.

INTRODUÇÃO:

Importa salientar que esse artigo surge de uma crítica sobre uma parte da historiografia portuguesa que ignora grande parte dos setores menos abastados da sociedade lusa. Antônio Manuel Hespanha em sua obra *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político* busca combater a noção de Absolutismo, entendendo a configuração política de Portugal como uma “Monarquia Corporativa”. Essa interpretação, apesar de renovar os estudos sobre Portugal e sua dinâmica política, alija do discurso histórico as populações mais humildes da sociedade. O ponto central da discussão do historiador e jurista português se centra no jogo de poder entre o poder central (o rei) e as elites locais, visto que essas duas forças políticas negociariam buscando atender seus interesses e demandas.

Alguns historiadores influentes como Mafalda Soares da Cunha em *A casa de Bragança 1560 – 1640: práticas sociais e redes clientelares* e Pedro Cardim em *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime* seguem a tendência historiográfica presidida por Hespanha. Esse viés historiográfico que se instaura em Portugal se desenvolve justamente no contexto de formação da União Européia, quando Portugal se junta ao bloco econômico. Uma história mais ampla e “homogeneizante” passa a tomar parte da historiografia portuguesa, ignorando os processos sociais “de baixo”.

¹ Doutorando do Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (PPGHIS – UFRJ)

Por sua vez, Maquiavel em *O Príncipe*, passa a ser muito pouco lido e interpretado nas escolas e universidades, transparece-se a imagem que o jargão “é melhor ser temido do que amado” explica completamente o pensamento do florentino. A sentença é repetida diversas vezes em livros didáticos e em cursos do ensino superior da mesma forma que é proferido no discurso coloquial e corriqueiro. Dessa forma, busca-se aqui uma nova interpretação para o pensador italiano sem esbarrar no lugar comum no qual os debates sobre ele se encontram.

1 – “O PRÍNCIPE” E SEUS SÚDITOS

Ao se falar de Maquiavel, principalmente de sua escrita sobre o cânone *O Príncipe*, começa-se a discursar sobre o exercício do poder, ou, sobre os aparelhos das instâncias superiores da sociedade e sobre a capacidade de mando do monarca sobre o território e as pessoas, como se observa na conhecida máxima: “é melhor ser temido do que amado”.

Porém, em sua escrita, Nicolau Maquiavel demonstra algo a mais do que a necessidade afetiva e do sentimento temeroso das populações das repúblicas italianas, em que o escritor é coetâneo, para governar. Isso pode ser visto já no capítulo II: “*De principatibus hereditariis*”. O Príncipe hereditário, segundo, Maquiavel deve levar em consideração os costumes e as tradições locais para se manter no poder, caso o contrário terá problemas com as populações que habitam a região na qual governa. “É bastante não preterir os costumes dos antepassados e, depois, contemporizar com os acontecimentos fortuitos.”² Maquiavel termina seu capítulo expondo a necessidade de ter a reputação em alta pelas populações. “Na verdade, o príncipe natural tem menores razões e menos necessidades de ofender donde se conclui deve ser mais amado e, se não se faz odiar por desabragados vícios, é lógico e natural seja benquisto por todos.”³

Maquiavel no capítulo seguinte intitulado “*De principatibus mixtis*” também expõe a necessidade das populações locais para a manutenção ou afirmação do príncipe. Sem as mesmas a tarefa de conquistar um território torna-se, por muitas vezes, inviável. Da mesma forma, um príncipe necessita ter limites ao castigar um súdito, para que não cresça a oposição ao mesmo.

² Maquiavel, Nicolau. **O Príncipe**. Edição digital: Ridendo Castigat Mores, 2002. p. 11.

³ Idem, p. 11.

“Dessa forma, tens como inimigos todos aqueles que ofendeste com a ocupação daquele principado e não podes manter como amigos os que te puseram ali, por não poderes satisfazê-los pela forma por que tinham imaginado, nem aplicar-lhes corretivos violentos uma vez que estas a eles obrigado; porque sempre, mesmo que fortíssimo em exércitos, tem-se a necessidade do apoio dos habitantes para penetrar numa província.”⁴

O escritor florentino observa que as elites próximas ao governante são o maior e mais perigoso adversário do príncipe por elas desejarem conquistar principados ou territórios de seus concorrentes. Essa premissa estabelecida pelo republicano do século XVI expõe o poder político que as instâncias mais baixas da sociedade tinham. Para Nicolau Maquiavel, os príncipes se asseguravam no poder a partir de seu prestígio com essas populações. Na conquista de seu principado, aquele regente que não tivesse a lealdade e o apoio de seus habitantes poderia ser facilmente retirado de seu posto. “Não se deve recear outra coisa senão a dinastia do príncipe; uma vez extinta esta, ninguém mais resta que deva ser temido, já que os demais não gozam de prestígio junto ao povo; e como o vencedor deste nada podia esperar antes da vitória.”⁵ Aqui é notável o apoio das populações do governante como condição de possibilidade para se governar.

A argumentação de Maquiavel se vincula ainda mais aos setores menos abastados da sociedade quando ele expõe a questão do desagrado. Na concepção do florentino é mais salutar para o príncipe deixar os grandes insatisfeitos do que os habitantes do reino, dessa forma, se o príncipe puder escolher sobre a quem ele deve infringir um mal ou uma insatisfação, que escolha os mais poderosos, pois se a população de uma república ou de um reino o virarem as costas, será muito difícil a manutenção do governo. O mesmo ocorre com o governante que chega ao poder com apoio dos poderosos e não com as graças da população.

“O que chega ao principado com a ajuda dos grandes se mantém com mais dificuldade daquele que ascende ao posto com o apoio do povo, pois se encontra príncipe com muitos ao redor a lhe parecerem seus iguais e, por isso, não pode nem governar, nem manobrar como entender. Mas aquele que chega ao principado com favor popular, aí se encontra só e ao seu redor não tem ninguém ou são pouquíssimos que não estejam preparados para obedecer. Contra a inimizade do povo um príncipe jamais pode estar garantido, por serem muitos; dos príncipes também pode-se assegurar porque são poucos.”⁶

Para o republicano, o governante deve ser dotado de um princípio que permita a adesão das populações a este determinado príncipe, ou seja, a

⁴ Idem, p. 13-14.

⁵ Idem, p. 28.

⁶ Idem, p. 59.

liberalidade. Esse princípio é o que determina como o chefe de governo lida com seus habitantes. Um príncipe liberal é, sobretudo, bondoso, caridoso e principalmente, que entende as demandas sociais que seus súditos têm. Assim como a *prudência*, a *parcimônia* e a *clemência*, o princípio da *liberalidade* é central para o reinar do príncipe. O governante necessita dessa característica justamente para se relacionar com os habitantes de onde governa, caso o príncipe não seja liberal não desempenhará uma boa relação com súditos de seu reino, tornando a manutenção de seu poder mais difícil.

Raphael Bluteau, importante erudito humanista português do final do século XVII e inícios do XVIII, apresenta uma definição de *liberalidade* em seu vocabulário da língua portuguesa, sua mais conhecida obra:

“Deidade venerada dos romanos, e virtude exercida pelos bons Imperadores, particularmente por Cesar Augusto, como o dizem Suetônio e Tácito (...) ao povo dava o congíario, que era uns pequenos sestércios, e aos soldados o donativo, que era outra igual soma de dinheiro. Fez Marco Aurélio cunhar umas moedas, nas quais está aberta a figura da liberalidade representada em uma Dima (sic) romana.”⁷

Maquiavel entende que a aparência de liberal é bem diferente ser liberal. Se o príncipe quiser aparentar tal virtude serão necessários gastos que virão com reclamações e logo essa imagem some perante seus habitantes. “A *liberalidade* usada por forma que se torne conhecida de todas, te prejudica, se usada virtuosamente e como se a deve usar, ela não se torna conhecida e não conseguirás tirar de ti a má fama do seu contrário.”⁸

Segundo o florentino, a verdadeira *liberalidade* deve ser alcançada de forma mais custosa. O príncipe liberal habitualmente é entendido como miserável, alguém que não quer fazer despesas, entretanto, aquele príncipe que gasta pouco, pouco precisa cobrar de seus habitantes e, com o passar do tempo, estes passam a entender o governante com tal virtude. Mantendo uma boa relação com os seus, sem cobrar demasiados impostos, o príncipe liberal alcança estabilidade e segurança em seu governo.

“Um príncipe, pois, não podendo usar essa qualidade de liberal sem sofrer dano, tornando-a conhecida, deve ser prudente, deve não se preocupar com a pecha de miserável, eis que, com o decorrer do tempo será considerado sempre mais liberal, uma vez que vendo o povo que com sua parcimônia a receita lhe basta, pode defender-se de quem lhe mova guerra e tem a possibilidade de realizar empreendimentos sem gravar o povo; assim agindo, vem a usar a liberalidade

⁷ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino ...** Lisboa: Lisboa Ocidental na oficina de Pascoal da Sylva. 1721. Vol.9. p. 557.

⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. **Op, Cit.** p. 93.

para com todos aqueles dos quais nada tira, que são numerosos, e a empregar miséria para com todos os outros a quem não dá, que são poucos.”⁹

Assim como Maquiavel, João de Barros, em *Diálogos dos preceitos morais*, disserta sobre a questão da *liberalidade* como ponto de manutenção da boa relação e estima entre o rei e seus súditos. A obra do português quinhentista expõe os valores morais que os habitantes de Portugal deveriam ter, ou que se esperava que os mesmos tivessem. Segundo o mesmo, a *liberalidade* consiste em uma relação de duas ações: a de oferecer, por parte de um indivíduo mais bem dotado e a de ganhar, por parte de alguém que tem menos posses.

Nessa relação, sempre deve existir um beneficiado por alguém que faz a caridade da doação. Isso pode ser visto quando João de Barros diz que: “*liberalidade (...) está em dar e receber*”¹⁰, essa lógica constrói uma espécie de função social que necessita ser desempenhada pelo príncipe de dar e pelo súdito de receber, dada a argumentação do Maquiavel sobre a necessidade do príncipe em ser liberal. Dessa forma, é de bom tom, para o bom governar da monarquia, que o dirigente social seja liberal para que assim possa manter seu governo, evitando uma rebelião em sua porta. Liberal é aquele que além de ter ciência das necessidades dos menos abastados, no caso de um governante, evita oprimir dos seus com impostos e tributações altas. João de Barros nos escreve ainda os seguintes versos apresentando o conceito de *liberalidade*:

*“Liberalis esto.
 Aliorum miserescito.
 Egenos uisitato.
 Sitientes potato.
 Famelicos Pascito.
 Captiuos redimito.
 Nudos Operito.
 Hospes Colligito.
 Mortuos Sepelito.
 Parta Conseruato.
 Parcus ne esto.*

⁹ Idem, p. 94.

¹⁰ BARROS, João de. **Diálogos dos preceitos morais com prática deles em formas de jogo**. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540. p. 18.

*Hilarem datorem diligit Deus.*¹¹

A questão da *liberalidade* é central para a manutenção do poder de um governante, como já observado acima. Esse e outros aspectos do bom governar de um príncipe são expostos por Maquiavel através de exemplos. Ao longo de *O Príncipe*, o republicano demonstra, por episódios históricos, como um príncipe deve e não deve agir com seus súditos, e por sua vez, o comportamento dos mesmos dadas as ações do príncipe. Maquiavel fundamenta seus pensamentos a partir de um enredamento ligado à *Historia Magistra Vitae*.¹² Esse tipo de construção argumentativa de Maquiavel utiliza a história por um viés pedagógico, ou seja, expõe os erros passados para que não sejam repetidos.

“Assim, a história seriam um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve papel de uma escola, na qual se podia ser sábio e prudente sem incorrer a grandes erros.”¹³

Nesse sentido, existe a preocupação do florentino em ensinar aos príncipes uma maneira de lidar com seus súditos, expondo, por exemplos históricos de diversos dirigentes sociais que falharam na forma de conduzir essa relação e perderam o poder. Os exemplos ligados à necessidade de cuidado com seus súditos podem ser vistos em *O Príncipe* quando Maquiavel expõe o caso das conquistas do rei Luís XII da França, que desconsiderou as demandas dos milaneses e perdeu territórios já conquistados na península italiana.

“Luís XII, rei de França, ocupou Milão rapidamente e logo depois o perdeu, para tanto bastando inicialmente as forças de Ludovico, porque aquelas populações que lhe haviam aberto as portas, reconhecendo o erro de seu pensar anterior e descrentes do seu bem-estar futuro que haviam imaginado, não mais podiam imaginar, os dissabores ocasionados do novo príncipe.”¹⁴

Mais uma vez, Maquiavel, ao falar do valor dos governados para o príncipe, expõe que quando os súditos são aliados de seus soberanos, seu governo se

¹¹ Idem, p. 24. Sede liberal./ Aos outros compaixão./ Abrigue o visitante./ Ao sedento dê-lhe de beber./ Alimente os famintos./ Aos prisioneiros, redima./ Aos desnudos,/ cubra. Os hóspedes reúna./ Enterre os mortos./ E ganharás a entrada./ Não seja mesquinho./ Deus ama quem dá com alegria (Tradução livre)

¹² História Mestra da Vida (Tradução livre)

¹³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.**

Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.p. 42.

¹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. **Op, Cit.** p. 14.

mantém mais forte e coeso, sendo difícil a conquista deste. Foi o caso de Nabis, rei espartano que garantiu seu mando político contra gregos e romanos.

“Concluirei apenas que a um príncipe é necessário ter o povo como amigo, pois, de outro modo não terá possibilidades na adversidade, Nabis, príncipe dos espartanos suportou o assédio de toda a Grécia e de um exército romano coberto de vitórias; contra eles defendendo sua pátria e seu Estado; bastou-lhe apenas, sobrevivendo o perigo, garantir-se contra poucos, o que não seria suficiente se tivesse o povo como inimigo. (...) sendo um príncipe quem se apoie no povo, que possa mandar e seja um homem de coragem, que não esmoreça nas adversidades, não careça de armas e mantenha com seu valor e suas determinações alentado o povo todo, jamais se sentirá por ele enganado e constatará por ele estabelecido bons fundamentos.”¹⁵

Fica aqui exposta a forma como Maquiavel entende a dinâmica social de um dado reino, principado ou qualquer outra estrutura de governo do século XVI. Apesar do príncipe ser o dirigente social e fazer parte da elite de uma sociedade extremamente aristocrática, é inegável a intervenção dos súditos, das populações no seu fazer político, seja direta ou indiretamente.

O florentino, a partir de seu ideário republicano, recorrentemente considera os diversos setores sociais no que se refere às estruturas de poder contemporâneas ao mesmo, incluindo em sua análise, até os alicerces republicanos da Roma Antiga, entendendo que naquele período, uma das condições de possibilidade para o estabelecimento da república romana era o embate político entre plebeus e patrícios, vinculando os mais e os menos poderosos nas disputas políticas.¹⁶

É importante observar que o republicano apesar de estar se dirigindo aos nobres, para a elite, mantém constante preocupação com os setores populares por conta de sua capacidade de mudar os rumos de um governo independentemente da vontade do soberano, assim, é sempre bom que se tenha uma relação boa com os súditos, isso porque, a manutenção do governo está ligada, entre outros fatores, à satisfação daqueles para com seu príncipe.

¹⁵ Idem, p. 61 - 62.

¹⁶ “Maquiavel parte da tese ortodoxa segundo a qual um dos principais objetivos de qualquer república que preze a própria liberdade deve ser o de impedir alguma parte de população legislar segundo seus interesses egoístas e particulares. Mas acrescenta que, se de fato aceitarmos essa tese não poderemos ao mesmo tempo admitir o postulado convencional de que, numa república, os “tumultos” e as discórdias inevitavelmente não de ser nocivos à liberdade. O exemplo em cujos termos tenta demonstrar essa tese é o da Roma Antiga. Começa notando que nessa cidade, assim como em qualquer outra república, em todas as épocas houve “duas disposições distintas”, a plebe e seus opositores das “classes mais altas”. Observa, então, que, enquanto a plebe teve condições de congregar-se e clamar contra o senado e os senadores dispuseram de meios para vituperar a plebe, o resultado consistiu num equilíbrio, ainda que tenso, a assegurar que nenhum partido pudesse oprimir o outro ou ignorar-lhe os interesses.” SKINNER, Quentin. **As Fundações do pensamento político Moderno**. São Paulo: Companhia das letras. 1996. p. 201

Buscou-se aqui mostrar a importância política dos setores mais humildes das sociedades italianas do início do século que o florentino estava escrevendo, a partir de uma interpretação sobre *O Príncipe*. Faz-se essas considerações pois, na maioria das vezes, quando existe a análise do cânone de Maquiavel, não há qualquer referência aprofundada sobre a importância dos habitantes dos principados como grupo politicamente ativo.

2 – A “ARRAIA MIÚDA” E OS REVESES DO REINO LUSITANO

Se Maquiavel estava na Península Itálica e era republicano, observa-se na Península Ibérica monarquistas expondo o poder político que os habitantes de um reino, sem qualquer título de nobreza ou distinção social, podiam exercer sobre as elites. Essa questão pode ser principalmente vista pelo cronista do século XV, Fernão Lopes, em Portugal. O cronista é conhecido por ser o primeiro a expor o papel político dos setores menos abastados na sociedade portuguesa em seu período de atuação. Escreveu diversas crônicas, entre elas a importante *Crónica de D. João I*. Importantes intelectuais do século XX o entendem como aquele que escreveu sobre o “povo português”, claro que essa unidade é uma construção moderna, mas buscando conferir uma coesão entre os habitantes de Portugal, o próprio cronista vai conferir categorias para essa identidade portuguesa que surgia no período. Termos como “arraia miúda”, “gente pequena dos lugares”, “povo miúdo” vão designar os habitantes do reino luso. Eis Fernão Lopes para Hernâni Cidade:

“Fernão Lopes é um prosador ricamente dotado, dominando a língua ao ponto de fazer dela aparelho transmissor de todo panorama de uma grande época - estrépto de batalha e movimentos festivos, embate de paixões e lampejos de ironia, o pitoresco dos comentários populares – toda a vida material e moral de um povo, em momento singularmente perturbado. Esboça as qualidades essenciais de um historiador, como hoje o compreendemos, não lhe faltando cuidado incansável na investigação, nem a acuidade vivíssima na crítica, a íntegra compreensão da realidade que a história deve abranger, nem a ductilidade do narrador, conhecedor de todas as manhas para captar a atenção do leitor”.¹⁷

Na *Crónica de D. João I*, pode ser observado o desenrolar das transformações políticas que estabeleceram o fim da dinastia de Borgonha, primeira dinastia portuguesa, e o firmamento da dinastia de Avis no poder, acontecimento

¹⁷ CIDADE, Hernâni. **Lições de Cultura e literatura Portuguesas (séculos XV, XVI e XVIII)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1968. p. 31.

que a historiografia portuguesa chama de “Revolução de Avis” (1383 – 1385). Discorda-se desse termo pois não há qualquer mudança na estrutura social, apenas uma troca de elites no poder. Escrita em 1443, essa obra de Fernão Lopes expôs como D. João de Avis contou com o apoio desses grupos de pouca ascensão para chegar ao poder.¹⁸

É nítido o apoio dado a D. João pelas populações portuguesas. Quando ele chega nas principais cidades do reino as celebrações são frequentes. Só o fato da presença desses setores da sociedade existirem no texto de Fernão Lopes, já demonstra esse grupo com uma importante participação nas transformações políticas portuguesas.

“Os da cidade fizeram-se prestes por ir receber o Mestre, a clerezia em procissão, e os leigos, com seus jogos e trebelhos, e desde os fidalgos e conselhos (...) e se corregendo uns e outros começaram muito cachopos de sair fora da cidade sem mandando ninguém, pelo caminho por onde viam o Mestre, com cavalinhos de canas que cada um fazia, e nas mãos canaveas com pendões, correndo todos e bradando: Portugal! Portugal! Pelo Rei Dom João! E assim foram por muito grande espaço acerca de uma légua”.¹⁹

Como exemplo, observa-se o caso da cidade do Porto, onde existiu grande comoção pela chegada de D. João. Apesar do momento de crise vivido pela sociedade²⁰, a estima e a celebração pela presença do rei são grandes, demonstrando suporte ao mesmo.

“Então começaram a erguer suas danças e jogos, nas quais muito amiúde em alta e clara voz bradavam, dizendo: Viva o Rei Dom João. Viva. O Rei ia muito passo pela cidade, que não podia doutra guisa porque a gente era tanta por todas as

¹⁸ “Fernão Lopes deixou-nos na *crônica de D. João I* a verdadeira epopeia portuguesa, isto é, o poema étnico dos portugueses. O sentido étnico português é próprio, nessa época, da ‘gente pequena dos lugares’. A aristocracia tinha já a sua própria epopeia, que era a da luta dos povos hispânicos irmanados contra o inimigo mouro. Os seus heróis chamavam – se Cid Campeador, conde Fernão Gonçalves e outros cavaleiros desta guerra santa, de que a crônica geral de Espanha de 1344 nos conserva a memória e cujo símbolo comum a toda península é o Apóstolo Santiago. Mas na guerra peninsular de 1383 – 1385, a ‘gente pequena dos lugares’ tomou consciência da sua identidade étnica particular; o inimigo com quem se defronta o povo eleito se chama Castela. E sob a epopeia hispânica tradicional nasce a epopeia propriamente portuguesa, que procura revestir – se do mesmo prestígio de santidade que tinha a guerra contra os Mouros. Naturalmente, a epopeia de Fernão Lopes assume formas que não cabem dentro do gênero épico, considerado sob o aspecto estritamente literário”. SARAIVA, Antônio José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1995. p. 202.

¹⁹ LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I**. Minho: Livraria Civilização editora, 1983. Vols I e II. p. 390.

²⁰ “A crise marcante do século XIV, na sua manifestação de sequenciais maus anos agrícolas e fomes, desenhou-se já desde a década de 30 para vir a ser recorrente nas seguintes. A esta carência de gêneros e insuficiência alimentar vem se juntar o espectro da epidemia, como calamidade maior, a peste negra, que faz grande número de vítimas no país no final do ano de 1348”. COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I o que re-colheu boa memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. p. 22.

ruas pera o ver que parecia se queriam afogar. A qual festa e recebimento desta guisa feito demovia delas a erguer suas formosas caras com dóceis e prazíveis lágrimas.”²¹

Olhando única e simplesmente a partir desses dois trechos pode-se pensar que o lugar da “arraia miúda” lopesiana é apenas a de figuração e adoração ao monarca, porém é esse setor da sociedade portuguesa que mais dá suporte ao rei em sua tomada de poder, elegendo-o no desfecho da deposição da velha monarquia. O rei desse grupo específico pode ser entendido como um servidor e protetor dos habitantes de Portugal.

“E pois não é menos de considerar a pessoa que há de ser elegida, que o proveito que se dela segue ao reino. E digo brevemente segundo os sábios recontam, que entre as outras coisas que em ele há de haver, deve se ser de boa linhagem, e de grande coração pera defender a terra; desde que haja amor aos súditos; e com isto bondade e devoção. Hora que estas condições sejam achadas no Mestre, nosso senhor, que temos em vontade para eleger, assaz é visto como todos bem sabeis. Além d’isto, ordenar tão discretamente toda as cousas que a defesa deste reino pertencem, que nenhum outro melhor poderia. Assim pelas cousas que vimos até hora, este Dom João Mestre de Avis, que tanto trabalhou e trabalha por honra e defesa destes reinos, é apto e pertencente, e merece esta honra e estado de rei”.²²

Fernão Lopes disserta sobre o momento da eleição.

“Nomeemos e escolhamos na melhor maneira que poder ser, este Dom João, filho do Rei Dom Pedro, por rei e senhor destes reinos; e outorguemos-lhe que se chame Rei, e mande fazer no regimento e defesa deles, todas as cousas que pertencem ao ofício de rei, segundo costumaram de fazer aqueles que o até aqui foram”.²³

No século XVI, Luís de Camões em *Os Lusíadas* retoma a perspectiva de Fernão Lopes sobre a participação da arraia miúda na eleição de D. João de Avis. Atenta-se para o primeiro verso de sua estrofe, mostrado a vontade das gentes na eleição do rei.

“Porque, se muito os nossos desejaram
Quem os danos, e ofensas vá vingando
Naqueles, que tão bem se aproveitaram
Do descuido remisso de Fernando;
Depois do pouco tempo o alcançaram,
Joanne, sempre ilustre, alevantando
Por Rei, como Pedro único herdeiro,
Ainda que bastardo, verdadeiro” (IV; 2).

²¹ LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 21.

²² *Idem*, p. 420 – 421.

²³ *Idem*, p. 421.

Na obra, o vate reserva grande espaço para os conflitos entre Castela e Portugal, sendo o lugar de maior tensão em todos os dez Cantos²⁴, isso ocorre, entre outros motivos, pela participação dos setores menos abastados nas contendidas. O desfecho é dado na Batalha de Aljubarrota com a vitória do Mestre de Avis, que só foi possível pela adesão da “arraia miúda” na campanha de D. João I. Outro importante personagem existente tanto na crônica de Fernão Lopes quanto no poema de Camões é o Condestável Nuno Álvares Pereira²⁵. Braço direito de D. João de Avis, é retratado como um cavaleiro importante na vitória dos portugueses sobre os Castelhanos em Aljubarrota. Em uma parte do poema de Camões, pode ser visto o personagem honrar a “pátria mesta”, ele quer dizer, os portugueses urbanos, das corporações, os mesteirais do reinado, as gentes urbanas e humildes como um todo.

“- Rei tendes tal, que se o valor tiverdes
Iguar ao Rei, que agora alevantastes,
Desbaratareis tudo o que quiserdes,
Quanto mais a quem já desbaratastes:
E se com isto enfim vós não moverdes
Do penetrante medo que tomastes,
Atai as mãos a vosso vão receio,
Que eu só resistirei ao jugo alheio.

- Eu só com meus vassallos, e com esta,
(E dizendo isto arranca meia espada)
Defenderei da força dura, e infesta
A terra de nunca outrem subjugada:
Em virtude do rei da pátria mesta,
Da lealdade já por vós negada,
Vencerei não só estes adversários,
Mas quantos o meu rei forem contrários” (IV; 18-19).

²⁴ “No conjunto da história de Portugal, tal como a narram *Os Lusíadas*, Aljubarrota é a batalha, elemento estrutural das epopeias. Há outros episódios de guerra, mas narrados em traços sintéticos e panorâmicos, sem a especificação de feitos individuais, discursos de chefes, ataques e contra – ataques que encontramos neste. São como que prelúdios nesta batalha em que os feitos de guerra atingem o máximo de intensidade” SARAIVA, Antônio José. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1946. p. 117.

²⁵ “Filho de Álvaro Gonçalves Pereira, Prior da Ordem do Hospital. Nasceu de Iria Gonçalves e foi legitimado por D. Pedro I. Educado pelo pai até os 13 anos foi criado na corte como escudeiro de Leonor Teles e instruído no ofício das armas por seu tio materno Martim Gonçalves, vassalo do Rei casou-se com D. Leonor Alvim. Em 1381 iniciada a guerra com Castela colaborou na defesa do Alentejo. Tomou parte nas cortes de Coimbra onde foi nomeado Condestável e mordomo-mor. A sua atuação na Batalha de Aljubarrota foi recompensada com generosas doações pelo rei e com o título de Conde de Ourém. A sua crônica atribui-lhe ainda o propósito de participar na expedição de defesa de Ceuta contra o ataque do rei Tunes. A crônica do Condestabre, principal fonte para a sua biografia foi escrita entre 1431 e 1443, pois foi aproveitada por Fernão Lopes na *crônica de D. João I*. Pretende certamente propô-lo como modelo dos jovens cavaleiros, que, em virtude da reconstituição das linhagens, não podiam herdar e por isso se deviam dedicar a cavalaria”. **Dicionário Enciclopédico da História de Portugal**. Lisboa: Alfa, 1985. p. 101 – 102.

Na *Crónica do Condestável*, outra importante obra de Fernão Lopes, é possível observar a efetiva participação das gentes de Portugal na defesa de diversos lugares do reino que o monarca castelhano ameaçava ocupar. Os habitantes citadinos lusitanos mantiveram a resistência, evitando a conquista de Castela. “Por esse tempo a cada dia chegava a Lisboa ao Mestre muitos recados de Entre Tejo e Guadiana, e doutras partes do reino, de castelos e vilas que, ao alçarem voz pelos reis de Castela, logo o povo por força os tomava e punha pelo Defensor do reino.”²⁶ A força política desse setor social, negligenciado por grande parte da historiografia, foi fundamental para a manutenção dos territórios portugueses em diversos momentos. Em Elvas, por exemplo, não seria diferente, os habitantes do reino, resistiriam às ordens de invasão da rainha D. Beatriz, mulher do rei castelhano D. Juan I. (legítima rainha do trono luso, que ao casar com o monarca forasteiro deu origem a crise de sucessão). O Alcaide²⁷ foi obrigado a fugir após ser caçado em Beja.

“Em Elvas, mal o alcaide mandou lançar pregão por D. Beatriz, a turba amotinou-se e apoderou-se do castelo. Em Beja, pouco depois, o povo, conduzido por um que chamavam Gonçalo Ovelheiro, cercou o castelo, pôs fogo à porta e entrou nele, enquanto o alcaide, partidário da rainha, se escapava por outra banda.”²⁸

Os exemplos prosseguem em diversas localidades do reino, como em Portalegre, Estremoz e Évora.

“Em Portalegre, a gente miúda atacou o castelo pela manhã com tamanho ardimento, que ao meio dia já o tinha em seu poder. Em Estremoz, Evora e em outras partes, o povo prendeu e amarrou as mulheres e os filhos dos que estavam dentro pelo rei de Castela, e ameaçou de os queimar à vista de seus parentes, que preferiram entregar os castelos.”²⁹

Destarte, percebe-se que a presença da “arraia miúda” foi de fundamental importância para a vitória de D. João I e para a derrota dos castelhanos na invasão de Portugal. Assim como Fernão Lopes, Luís de Camões em *Os Lusíadas* também descreve, de forma um pouco menos explícita, a participação e o peso que esse grupo social teve na História de Portugal. Se no século XV Fernão Lopes é o escritor que vai alertar-nos sobre o poder político dos setores menos abastados da sociedade lusa, observa-se no século seguinte Camões considerando o legado do

²⁶ LOPES, Fernão. **Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Alvares Pereira**. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1937. p. 89.

²⁷ “Significa o que tem a seu cargo, a guarda do castelo ou fortaleza.” BLUTEAU, Raphael. **Op. Cit**, Vol. 1 p. 217.

²⁸ LOPES, Fernão. **Op. Cit**, p. 90.

²⁹ Idem, p. 90.

cronista e Maquiavel em Florença, nos seus estudos sobre a política, mostrar interesse pelo grupo correspondente de sua realidade. No caso de Portugal, os escritores do século XVII continuaram olhando para a força que a parte de baixo da sociedade pôde desempenhar.

Escritores do período da Restauração em Portugal vão valorizar a importância da relação entre os súditos e o rei, buscando uma aproximação entre o dirigente e os habitantes do reino luso. Um deles é João Pinto Ribeiro. Em sua obra *“Usurpação, retenção e restauração de Portugal”*, para justificar a Restauração da coroa por D. João IV, é possível observar uma grande desvalorização da questão da hereditariedade dinástica e a valorização da “naturalidade” real, ou seja, a origem e o local de nascimento do dirigente social. Quando este é natural do reino que governa, o restaurador vê o monarca como um servidor dos povos, porém, quando este rei é um estrangeiro dominando territórios os quais não nasceu, é visto por Ribeiro como um tirano, assim, ele condena o reinado dos monarcas castelhanos e justifica a aclamação de D. João IV, ficando em segundo plano a questão hereditária. “Importa também que Vossa Majestade Fica governador do Reino a um príncipe do sangue com que os naturais se recreiem, e arrimem com a presença e autoridade Real, e sirva para isto o exemplo de Cadmos.”³⁰ Além da questão da naturalidade ser de grande importância, o monarca deve ser compreendido como aquele que tem a função de servir os habitantes do local que governa, repartindo os bens do reino, e não espoliando os seus.

“Guia-me neste pensamento não só o natural amor, com que respondo a Majestade Del-Rei Dom João o IV, e cujo serviço me encaminhou uma natural propensão ; e o aborrecimento natural, que tinha as coisas de Castela, e a seu governo; mas também como no efeito desta felicíssima restituição fui tanta parte, não dera de mim aquela satisfação, que devia, se aquietara o ânimo, vendo tratar com o nome de tirano, ao mais justo e verdadeiro Rei do mundo, aquém tantas vezes representei a justiça de sua causa, os motivos que nela o ajudavam, e as venturosas ocasiões, que se ofereciam, para com toda a facilidade, e felicidade desejada efetuar o que a sua majestade, e ao Reino daria gloriosa liberdade.”³¹

Essa valorização do rei natural pode ser vista numa carta de João Pinto Ribeiro, ao escrever sobre D. João IV e sobre sua legitimidade política em relação ao reino de Portugal. Nessa carta João Pinto Ribeiro expõe a simplicidade de D. João IV, ao vestir um “pano dozeno”, o monarca afirma que o pano é barato e

³⁰ RIBEIRO, João Pinto. *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal*. in: **Obras Varias Compostas pelo Doutor João Pinto Ribeiro**. Coimbra: Joseph Antunes da Sylva, 1730. p. 4.

³¹ Idem, p. 2.

esquenta, mostrando-se, segundo Ribeiro, não como um personagem excepcional, mas como mais um natural do reino português.

“Só digo que entrou vestido de pano Dozeno pardo que tinha feito quando o ano passado à Almada por mandado do Rei de Castela e este teve vestido todo o dia, e quando foi buscar a Rainha o tornou a vestir e com ele entrou, e querem dizer que pondo um fidalgo os olhos no vestido, e pegando na capa disse sua Majestade que olhais bem vos entendo este aquenta e custa barato a um fidalgo conhecido que não nomeio indo lhe beijar a mão com uma luva calçada.”³²

João Pinto Ribeiro vai estabelecer uma grande aproximação entre o monarca e as populações portuguesas como um todo. O escritor também classifica o reino de Castela como maléfica aos portugueses justamente por fazer os estrangeiros castelhanos reinarem, não respeitando a forma local de governo dos habitantes de Portugal.

“Este é um dos principais pontos e fundamentos de todas as Repúblicas bem governadas. Hão os naturais conforme a toda lei Divina e Humana de ser honrados e premiados, com os ofícios e benefícios da pátria, e não os estrangeiros, que por tais faltam às coisas da república com amor, zelo e cuidado, com que os naturais lhe respondem. Porém o mau governo de Castela ia tão fora desta razão de estado, que não satisfeito com atropelar as leis deste Reino e as encontrar na distribuição dos Ofícios e benefícios entre os Portugueses, de nada mais cuidava que de introduzir nele estrangeiros, por nos negar e nos tirar, o que por tantos respeitos era nosso.”³³

Essa imagem do rei “popular” de D. João IV pós-restauração, do zelo e “amor à pátria” pode ser muito associada à imagem do rei D. João I que, de certa forma, foi visto como um rei próximo das populações do período, aclamado pelos portugueses e rompendo com uma hereditariedade pelo confronto com os castelhanos, sempre levando em consideração as demandas das populações de Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foi visto nesse artigo como importantes escritores de Portugal, numa perspectiva comparativa com Maquiavel, observam o poder de mobilização política que os grupos mais humildes desempenhavam no reino português dos séculos XV, XVI e XVII e nas cidades italianas dos tempos do escritor de *O Príncipe*.

³² RIBEIRO, João Pinto. *Carta escrita ao senhor Vasco de Andrade em que se lhe refere a entrada vários sucessos da Aclamação do senhor Rey D. João o 4º*. In: **Congresso do mundo português: Memórias e comunicações apresentadas ao congresso de história da Monarquia Dualista e Restauração**. Lisboa: Seção de Congressos, 1940. p. 131.

³³ RIBEIRO, João Pinto. **Op. Cit**, p. 20.

Este artigo se faz relevante academicamente pois, principalmente quando se fala da historiografia portuguesa hoje, esta, com frequência, negligencia os grupos de pouca ascensão social. As “gentes portuguesas”, a “arraia miúda” de Fernão Lopes perdem a cada dia espaço no discurso acadêmico. Citemos, por exemplo, o historiador Antônio Manuel Hespanha, seu trabalho aborda a relação (de aliança ou rivalidade) dos poderes locais com o poder central, ou seja, o rei. Segundo ele, as relações econômicas e os poderes políticos se estabeleceriam a partir de redes, do centro para a periferia. Apesar de ter sua relevância histórica, essa tendência historiográfica alija dos seus argumentos a participação do setor social aqui estudado. Faz-se predominantemente, uma história das elites. Eis a justificativa para a confecção dos argumentos aqui apresentados.

Para além dessa questão, buscou-se analisar também a obra *O Príncipe* a partir dessa mesma perspectiva. Evitando a repetição de um mesmo olhar sobre a obra mais famosa de Maquiavel, onde o príncipe, ou regente detém o poder sobre seus súditos a partir da dualidade “temor amor”. A análise aqui lançada sobre o florentino foi construída com a mesma intenção das observações feitas sobre a literatura portuguesa também estudada. Problematizar uma história das elites e olhar para as capacidades e competências dos habitantes das penínsulas Ibérica e Itálica em estabelecer pressões políticas sobre seus governantes. Busca-se fugir de uma compreensão de passividade dos grupos “de baixo” e de uma adoração desses setores por seus governantes.

FONTES:

BARROS, João de. **Diálogos dos preceitos morais com prática deles em formas de jogo**. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino ...** Lisboa: Lisboa Ocidental na oficina de Pascoal da Sylva. 1721.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Porto: Livraria Lello & irmão, S/d.

LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I**. Minho: Livraria Civilização editora, 1983. Vols I e II.

LOPES, Fernão. **Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Alvares Pereira**. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1937.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Edição digital: Ridendo Castigat Mores, 2002.

RIBEIRO, João Pinto. *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal*. in: **Obras Varias Compostas pelo Doutor João Pinto Ribeiro**. Coimbra: Joseph Antunes da Sylva, 1730.

RIBEIRO, João Pinto. *Carta escrita ao senhor Vasco de Andrade em que se lhe refere a entrada vários sucessos da Aclamação do senhor Rey D. João o 4º*. In: **Congresso do mundo português: Memórias e comunicações apresentadas ao congresso de história da Monarquia Dualista e Restauração**. Lisboa: Seção de Congressos, 1940.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Portugal do antigo regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CIDADE, Hernâni. **Lições de Cultura e literatura Portuguesas (séculos XV, XVI e XVIII)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1968.

COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I o que re-colheu boa memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

CUNHA, Mafalda Soares da. **A Casa de Bragança 1560 – 1640: Práticas senhoriais e redes clientelares**. Lisboa: Estampa, 2000.

HESPANHA, Antônio Manuel. **As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal Século XVII**. Coimbra: Almedina, 1944.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

PEREIRA, José Costa. **Dicionário Enciclopédico da História de Portugal**. Lisboa: Alfa, 1985.

SARAIVA, Antônio José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1995.

SARAIVA, Antônio José. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1946.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do pensamento político Moderno**. São Paulo: Companhia das letras. 1996.